

O termômetro não é a febre

---

---

### ***A saúde suplementar demanda um modelo mais racional, menos custoso e mais eficiente***

Passado pouco mais de um ano de pandemia, era de esperar que o Brasil estivesse em melhor situação. Infelizmente, não tem sido assim. O recrudescimento da covid-19 assusta, e não só pelos recordes de mortes e pela dificuldade da imunização. Preocupa também pelos novos choques de demanda, que deverão aumentar ainda mais os custos da saúde.

O momento exige de nós concentração total no enfrentamento da covid. Estamos numa situação de guerra, em que todos os meios disponíveis precisam ser empregados contra o inimigo maior: o Sars-Cov-2. Agora esse deve ser o foco dos atendimentos tanto no sistema privado quanto no público - sem deixar de cuidar dos casos de urgência e emergência e dos tratamentos continuados de doenças crônicas e enfermidades graves, como câncer.

Essa estratégia, casada com o avanço da vacinação contra a covid pelos governos e o estrito respeito às medidas de proteção, como isolamento social, uso de máscaras e higienização constante das mãos, tende a ajudar a transpor o período crítico em que estamos. Permite-nos ainda, mais adiante, descortinar a possibilidade de superar a pandemia. Alcançado isso, teremos de nos debruçar sobre um desafio que não é novo, tampouco particularidade brasileira: a escalada dos custos de saúde.

Saúde é item cada vez mais caro em todo o mundo. Com a pandemia, essa espiral ascendente se acentuou, por escassez de insumos, produção concentrada em poucos fornecedores globais e pela alta do dólar. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), preços de medicamentos para hospitais subiram até 57% desde fevereiro de 2020. E diárias em UTI para tratamento de covid custam o dobro de casos comuns.

A saúde suplementar sofre efeitos diretos dessa escalada. Planos de saúde funcionam como caixa de ressonância de custos que incidem sobre toda a cadeia de prestação de saúde. Essas despesas crescentes resultam em reajustes e mensalidades mais altas, dificultando o acesso à saúde privada. É urgente conter essa dinâmica, sem, contudo, apelar para soluções milagrosas - como suspensão de reajustes, congelamento de preços e outros truques que só agravam a moléstia.

A escalada não é nova. De 2014 a setembro de 2020, dado mais recente disponível, as despesas assistenciais aumentaram 24% acima da inflação - isso mesmo com 3,1 milhões de beneficiários a menos. É verdade que num curtíssimo período da pandemia as despesas caíram. Mas tal movimento logo se inverteu e neste primeiro trimestre de 2021 a saúde suplementar alcançou níveis recordes de utilização, seja pelo aumento de procedimentos eletivos (a maioria não urgentes), seja pelo aumento de casos de covid.

Salvo raros espasmos, a alta de custos é praticamente contínua, por uma série de fatores. Há, de um lado, mudanças estruturais no perfil demográfico mundial, com impacto direto na demanda por cuidados mais caros dispensados a idosos e doentes crônicos. Há também mais inovação, com efeito peculiar sobre o setor: na saúde, diferentemente da maioria dos segmentos econômicos, novas tecnologias resultam em preços mais altos do que o das alternativas disponíveis, uma vez que não há substituição de antigas inovações pelas novas, mas sobreposição.

Um terceiro fator é o uso por vezes exagerado de procedimentos pelos pacientes. Desde 2015 a média de exames realizados por beneficiário dos planos aumentou 30%; a de internações, 15,7%; e a de consultas, 10,4%. O brasileiro realiza, em média, o dobro de exames de ressonância magnética de um paciente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), por exemplo. Trata-se de questão cultural e de modelos de assistência que acabam incentivando excessos.

Diante dessas evidências, fica claro que os reajustes dos preços dos planos de saúde, como os que foram feitos neste início de ano, são o termômetro de uma febre mais aguda - os custos em alta -, e não seu motivo, como alguns tentam fazer crer. Reajustes são a mera recomposição de despesas que os beneficiários efetivamente fizeram. Reconhecer e diferenciar causas e efeitos é o primeiro e necessário passo para entender uma equação e encontrar sua solução.

Na pandemia as operadoras têm intensificado a colaboração com o sistema de saúde. Mas é possível ir muito além com uma agenda robusta que permita ampliar o acesso à saúde suplementar - que hoje chega a 22% dos brasileiros - num modelo mais racional, menos custoso e mais eficiente. Isso é importante também para ajudar a desonerar o Sistema Único de Saúde (SUS) em meio à devastadora situação fiscal.

Em toda a cadeia de serviços de saúde há consenso quanto à necessidade de mudanças. A pressão dos custos sufoca todos e penaliza, sobretudo, quem mais precisa de assistência. A saúde suplementar tem-se esforçado para tentar conter essa espiral, mas essa é uma luta que não se vence sozinho. A pandemia pode ser a chave que faltava para a necessária transição rumo a um melhor sistema de saúde, tanto público quanto privado.

*Artigo publicado originalmente no Jornal O Estado de S.Paulo.*

**Fonte:** FenaSaúde, em 12.04.2021

---